

# Brasil: parceiro na reconstrução verde da Ucrânia

» OLHA YEVSTIHNIEVAIO

Gerente de defesa do Acordo Verde e das reformas de transição verde na Ucrânia, assessora do chefe da Agência Estatal de Eficiência Energética e Economia de Energia da Ucrânia

A invasão da Rússia provocou um desastre ambiental na Ucrânia. Mas, a partir dessa devastação, é possível criar pontes para adotar medidas que garantam o crescimento sustentável. Nessa reconstrução ucraniana, o Brasil tem um acúmulo de conhecimentos e experiências para compartilhar, em benefício de ambos os países. Não se pode subestimar a escala dessa tarefa. A Ucrânia, vítima de invasão militar de grande magnitude, não provocada, foi alvejada por uma quantidade de projéteis comparável à da Segunda Guerra Mundial. Mais de um milhão de hectares de floresta foram destruídos ou cobertos de minas explosivas. Dezenas de espécies animais, ameaçadas de extinção, foram quase dizimadas.

Entre os horrores da invasão está a ofensiva insensível que levou à destruição da represa de Kakhovka, onde as forças russas abriram um buraco de 85 metros de comprimento, causando uma inundação de, em média, cinco metros de profundidade na área afetada. Houve morte de pessoas e animais no caminho das águas e, ainda, danos graves às terras férteis. É difícil compreender um ato tão atroz e assassino.

Ainda mais assustador é o controle da Rússia sobre a usina nuclear de Zaporizhzhia, a maior da Europa, resfriada pela água da represa de Kakhovka. Essa é a primeira vez na história que militares ocupam uma instalação nuclear e isso levanta o espectro de um desastre nuclear que pode eclipsar a catástrofe de Chernobyl em escala, com enormes implicações ambientais para o mundo todo.

Com a crise ambiental na Ucrânia decorrente dessa invasão injusta, minha visita ao Brasil, em novembro, é uma oportunidade para observarmos e aprendermos como o país tem enfrentado ameaças comuns à biodiversidade e ao clima. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é reconhecido como um defensor de políticas verdes que combinam sustentabilidade com a necessidade de empregos dignos, serviços públicos decentes e crianças saudáveis. Embora existam diferenças nos desafios que enfrentamos, há também semelhanças marcantes.

Tanto o presidente Lula quanto o presidente Volodymyr Zelensky, da Ucrânia, estão comprometidos com a implementação de um Acordo Verde. Compartilham a visão de uma transição ecológica que se afasta dos combustíveis fósseis e busca diversificar o fornecimento de energia, fundamental para a segurança energética global.

Ambos os líderes creem ser preciso agir com urgência, ao investimento em energia renovável e em desenvolver métodos agrícolas favoráveis à natureza. O presidente Lula responde há anos à devastação e às queimadas da Amazônia e a outros biomas brasileiros. O presidente Zelensky enfrenta a tarefa de reconstruir um país devastado pela guerra.



O Brasil é um parceiro óbvio do governo ucraniano, na reconstrução de um país mais verde. A reconstrução pós-guerra trará centenas de bilhões de dólares de investimento para os setores de energia, industrial e agrícola na Ucrânia, país com a maior área geográfica na Europa.

Marcamos reuniões com ONGs, líderes governamentais e empresariais, entre outros, no Brasil, para discutir como trabalhar juntos. Novas regras da Europa, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono nas Fronteiras (CBAM), obrigam nossos exportadores a cumprir metas climáticas cada vez mais rigorosas. Devemos colaborar com o Brasil, que enfrenta os mesmos desafios na Europa e nas Américas. Nossas respectivas crises nos forcaram a agir. A destruição na Amazônia e o horror da guerra na Ucrânia não impedem — na verdade, aceleraram — nossas políticas e abordagens pró-clima.

Há soluções muito inovadoras. Ambos os países enfrentaram o desafio do financiamento

climático com ferramentas como títulos verdes e empréstimos acessíveis. A experiência de liderança mundial do Brasil na bioenergia é extremamente interessante para a Ucrânia, maior nação agrícola da Europa. Gostaríamos de contar com sua ajuda brasileira para desenvolver nossa política de biocombustíveis, em apoio à descarbonização do setor de transportes. Também queremos aprender com o uso de fundos climáticos de desenvolvimento do Brasil.

A guerra não poupou nossas maravilhas naturais. O Parque Natural Nacional de Dzharylgach, área de beleza extraordinária e destino para aves migratórias de toda a Europa, foi destruído. Pantanos, florestas e habitats de flora e fauna ameaçadas de extinção foram arruinados. Para recuperar esses lugares preciosos, esperamos aprender com a luta do Brasil para salvar a Amazônia e outras áreas ameaçadas de degradação. Por essas e muitas outras razões, a Ucrânia espera ter, no Brasil, um amigo para reconstruir seu futuro.

## Soluções sustentáveis para um setor produtivo consciente

» MARCELO POPPE

Engenheiro electricista, assessor do CGEE e coordenador do Energy Big Push

O Brasil do futuro passa, necessariamente, pela tecnologia, pela pesquisa, pela economia verde e sustentável. O país precisa ser moderno, ter o setor produtivo disposto a investir em ações de sustentabilidade e o setor público disposto a criar legislações e ampliar as regulações com esse viés de responsabilidade socioambiental.

Deixar para trás uma mentalidade arcaica, na qual o desenvolvimento econômico não combina com preservação do meio ambiente, não é algo fácil. Mas a boa notícia é que tem muita gente disposta a isso. E não apenas por conta da pressão pelos princípios contidos na ESG (Environmental, Social and Governance), que faz com que as empresas tenham um compromisso com a sustentabilidade, com a governança interna e com ações sociais. Tampouco porque os consumidores estão mais conscientes e ameaçam boicotar marcas que não seguem esses princípios.

Acima de tudo, o setor empresarial brasileiro percebeu que a economia verde é o futuro. Que não adianta fechar os olhos para essa realidade, porque o planeta dá sinais de esgotamento de recursos naturais, de insumos para a produção. Além disso, a falta de cuidado com a natureza nas últimas décadas nos cobra a fatura em eventos climáticos cada vez mais extremos, ceifando vidas e causando prejuízos materiais, pessoais e mentais em todos nós.

No fim de outubro, em São Paulo, em um evento organizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), representantes de diversos segmentos produtivos debateram o papel do Brasil na Economia Verde Mundial. Um debate de alto nível sobre compromisso, mecanismos de financiamento, indústrias mais capazes de promover essa transição. O caminho não é simples, mas a conclusão geral é de que o Brasil pode, sim, ser vanguarda nesse debate.

Um dos painéis discutiu o papel do parlamento nesse debate. Puxado pelo presidente da Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, Arnaldo Jardim, foram debatidos os diversos projetos de lei que tratam do combustível do futuro, do mercado de carbono, do hidrogênio de baixo carbono, do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten). No início de novembro, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), organizou um café da manhã na residência oficial para alinhar a chamada Agenda Verde. O presidente da Câmara já definiu que essa pauta é uma das prioridades do semestre.

A grande convergência desse debate, que inclui setor privado, público e pesquisas na academia, passa pelo Energy Big Push (EBP), uma iniciativa pioneira com o objetivo primordial de impulsionar investimentos substanciais e qualificados em soluções energéticas sustentáveis e inovadoras no Brasil. Ele surge a partir da parceria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), em colaboração com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (Cepal).

O objetivo é elevar a qualidade dos investimentos sustentáveis brasileiros, tendo a inovação tecnológica como eixo central. Nesse ponto a Academia, com a qualidade e a excelência da pesquisa científica nacional, ganha um status essencial no debate. E o setor produtivo - com ações de empresas automotivas, por exemplo, buscando otimizar o uso dos biocombustíveis e eletrificar a frota, ou da indústria de petróleo, empreendendo esforços para descarbonizar seus processos, têm mostrado seus esforços em busca de um futuro de mais qualidade nos investimentos ambientais e sustentáveis.

E como acessar todos esses dados, muitas vezes dispersos? Entra em cena a plataforma Inova-e, operada pela EPE. Ela serve para ajudar na tomada de decisões estratégicas com indicadores, ideias, debates e soluções para ajudar àquelas dispostos ao bom debate, amparado em quatro pilares: políticas públicas baseadas em evidências e dados concretos; inovação acelerada com a implementação de soluções disruptivas no setor energético; integração de dados com o oferecimento de uma visão abrangente e estratégica do panorama energético nacional; e transição energética justa e sustentável. A plataforma possui informações sobre quanto, como, onde e quem está investindo em novas soluções energéticas sustentáveis no país, servindo como fonte valiosa de informação estratégica, tanto para empresas quanto para o governo.

O Brasil de hoje, mais do que nunca, sabe que respeitar o meio ambiente significa criar oportunidades para o setor produtivo nacional, num contexto global de demanda crescente para os "produtos verdes", aproveitando as vantagens comparativas e competitivas do país, que possui uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo. Teremos um papel de destaque na COP28, em Dubai. E vamos sediar a COP30, de 2025, em Belém (PA). A caminhada é longa. Mas, para quem quiser trilhar essa estrada, basta olhar para o lado, que o EBP estará lá, ajudando a tomar as melhores decisões, unindo todos os parceiros que estiverem dispostos a construir esse novo Brasil.

## Atuação dos cartórios no combate à lavagem de dinheiro e ao terrorismo

» LUÍS FELIPE SALOMÃO, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça  
» LIZ RESENDE DE ANDRADE, juíza auxiliar da Corregedoria Nacional

Recentemente, o Conselho Nacional de Justiça promoveu seminário sobre o tema deste artigo, que contou com a participação de autoridades, especialistas, notários, registradores, advogados e outros interessados na matéria. A ideia é colocar na pauta o aprimoramento da participação dos cartórios extrajudiciais no sistema de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa — também chamado sistema PLD/FTP.

A Lei n. 9.613/1998 apontou, em seu art. 9º, as atividades sujeitas à implementação dos mecanismos de controle no âmbito do sistema PLD/FTP, com foco, em sua redação original, naquelas de natureza financeira, a exemplo de bancos, corretoras de valores, financeiras, entre outras. Com edição da Lei nº 12.683/2012, as atividades não financeiras — entre as quais as que realizam os cartórios extrajudiciais — foram inseridas no sistema PLD/FTP e passaram a se sujeitar às obrigações constantes no referido diploma legal.

Cumprindo a determinação legislativa, e em observância às Recomendações nº 22 e nº 23, do Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (Gafi) e à Ação nº 12/2019 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Encclla), a Corregedoria Nacional de Justiça publicou o Provimento nº 88/2019, que dispôs sobre a política, os procedimentos e os controles a serem adotados pelos notários e registradores visando à prevenção aos crimes de lavagem de dinheiro.

A importância da inserção desse segmento no sistema não demorou a aparecer, e já nos primeiros meses da vigência do então Provimento n. 88/2019 — de 03/02/2020 a 05/12/2021 —, foram recebidas 2.701.280 comunicações de notários e registradores no Sistema de Controle de Atividades Financeiras (SisCoaf). Essas comunicações representaram 21% do total de comunicações recebidas no período, tornando-o o segundo segmento em quantidade de comunicações enviadas, ficando atrás apenas do sistema financeiro.

Como se pôde verificar durante o seminário realizado, o estreitamento da relação dos órgãos de controle e repressão à lavagem de dinheiro com os serviços notariais e de registro tem trazido grandes benefícios para a efetividade do combate aos ilícitos, especialmente ao crime organizado, bem como para a segurança e para a higidez dos atos e negócios jurídicos, com inequívocos reflexos sociais, econômicos e de segurança pública.

Não obstante, identificou-se que, apesar do grande volume de comunicações, apenas cerca de 1% das informações recebidas dos cartórios extrajudiciais fizeram parte de análises em Relatórios de Inteligência Financeira — RIFs, percentual muito inferior a outros segmentos obrigados, como os bancos.

Deficiências como a ausência de detalhamento da suspeição identificada, falhas na identificação dos envolvidos e incompreensão do comando regulamentar foram apontadas como predominantes nas comunicações recebidas,

limitando sua utilidade para fins de inteligência financeira e criminal.

Dessa forma, vislumbra-se a possibilidade de aperfeiçoamento da normativa expedida em 2019, atualmente incorporada ao Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça, por força do Provimento n. 149/2023, sobretudo em relação aos dispositivos que tratam das hipóteses de comunicação automática, ou seja, aquelas que independem de análise ou de qualquer outra consideração por parte dos notários e registradores, de modo a melhorar o conteúdo das comunicações recebidas do segmento através do SisCoaf.

Além disso, em parceria com as entidades representativas do segmento, serão avaliadas alternativas de capacitação e orientação dos responsáveis pelo envio de informações à Unidade de Inteligência Financeira (UIF), com o intuito de evitar que os serviços extrajudiciais brasileiros sejam utilizados por criminosos para dar aparência de legalidade a atos de corrupção, de lavagem de dinheiro e de financiamento do terrorismo.

Objetiva-se, assim, conferir maior qualidade às comunicações enviadas ao Coaf e, com isso, garantir o sucesso na identificação e prevenção de atividades criminosas. Desta forma, restará assegurada a importância da atuação de notários e registradores no sistema brasileiro de PLD/FTP, em prol da sociedade brasileira, contribuindo, ainda, para a formação de um ambiente de negócios favorável à atração de investimentos e ao impulsionamento da economia do país.